

LEVEMOS A MULHER À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS! TETRÁ DE TEFFÉ, A PRIMEIRA ROMANCISTA PREMIADA PELOS *IMORTAIS*¹

Gabriela de Lima Grecco – gabrielalimagrecco@gmail.com

Professora e pesquisadora pós-doutoral no Departamento de História Contemporânea da Universidad Autónoma de Madrid (UAM).

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o papel das mulheres intelectuais e escritoras durante a década dos anos trinta e quarenta no Brasil, enfocando o seu estudo na romancista Tetrá de Teffé e na sua obra *Bati à porta da vida*, galardoada em 1941 com o Prêmio Machado de Assis, prêmio outorgado pela Academia Brasileira de Letras. Por um lado, se estuda o cânone literário como um espaço eminentemente patriarcal e, assim, busca-se compreender os conflitos existentes em relação ao ingresso das mulheres no panteão dos imortais, a Academia Brasileira de Letras. Por outro lado, através do semanário carioca *O Malho*, examina-se os discursos construídos pela imprensa e pelas próprias intelectuais para reivindicar a sua participação em um lugar de consagração cultural. Neste artigo, pois, há vidas esquecidas de mulheres brilhantes que foram importantes atrizes na arena política, social e cultural brasileira, mas que terminaram no *porão* da história e do cânone literário. Entre estas mulheres encontra-se Tetrá de Almeida Nobre de Teffé, escritora brasileira de grande prestígio durante as primeiras décadas do século XX. Porém, o status não-canônico de sua obra, tão frequente no caso de mulheres escritoras, demonstra a invisibilização e o silenciamento que sofreram diversas mulheres das letras.

PALAVRAS-CHAVE: Academia Brasileira de Letras; escritoras; cânone; Tetrá de Teffé.

1 INTRODUÇÃO

*“... pues el destino de una mujer
es ser paciente y siempre callar,
esperar como un fantasma sin habla
hasta que alguien desbaga
el hechizo del silencio”.*

Henry Wadsworth Longfellow

Tetrá de Almeida Nobre de Teffé, ou mais conhecida como Tetrá de Teffé, foi uma importante escritora brasileira. Suas obras foram produzidas principalmente durante as primeiras décadas do século XX, como é o caso do seu romance premiado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), *Bati à porta da vida*, editado em 1940. No entanto, o status não-canônico da obra de Teffé, tão frequente no caso de mulheres escritoras, demonstra que, no Brasil, a *autoria* feminina não lhes dava *autoridade* — e, por conseguinte, poder — suficiente para ingressar em certos espaços de

¹ Este trabalho foi financiado pela Comunidade de Madri, através das ajudas de *Atracción de Talento Investigador*, e do apoio e contributo do *Grupo de Investigación de Historia Social y Cultural Contemporánea* (Universidad Autónoma de Madrid) e do Projeto *Intercambios culturales y creación de identidades a través de fuentes literarias, siglos XIX y XX* (MINECO HAR2016-76398-P), dirigido pelas professoras Pilar Toboso e Carmen de la Guardia (UAM).

canonização, nem para que a sua obra fosse incorporada ao cânone literário brasileiro. Na realidade, o cânone é um território eminentemente patriarcal (CAPDEVILA-ARGÜELLES, 2017). Dessa maneira, não é possível entender as razões e os processos que contribuem para canonizar ou silenciar autoras sem uma análise desde a perspectiva de gênero. Para entender a invisibilidade de muitas escritoras, é imprescindível afrontar a construção de uma memória desigual e dar voz às diversas gerações de escritoras esquecidas e que, atualmente, não fazem parte da memória e do patrimônio cultural do nosso país.

Porém, como podemos, como historiadores, reconstruir a vida das mulheres no passado? Aqui nos encontramos com uma dificuldade: os arquivos. Existe uma suposição de que os arquivos e acervos documentais são *neutros* e *ahistóricos*. Os arquivos, no entanto, frequentemente invisibilizam a história das mulheres, pois deixam poucos rastros materiais ou os documentos aí encontrados sobre elas encontram-se de forma dispersa e fragmentada. É um lugar, portanto, onde tradicionalmente as vozes femininas estão sub-representadas. A literatura, nesse caso, pode ser um caminho muito válido para examinar o contexto dessas escritoras *à margem*, descobrir sua agência, sua visão de mundo, seu poder (embora limitado), bem como as normas de gênero de uma época.

A historiadora Nupur Chaudhuri (2010, p. xxi) denomina os romances ou poesias como um *arquivo alternativo*: um fragmento de material coerente, localizado fora dos repositórios de fontes primárias convencionais. Assim, a literatura é entendida como uma fonte privilegiada para a pesquisa histórica, dada a sua riqueza de significados para a compreensão do universo cultural, dos valores sociais compartilhados, das experiências subjetivas (FERREIRA, 2009) e, também, para iluminar a condição das mulheres e a sua agência no tempo. Por esta razão, a literatura assume um novo papel dentro da disciplina histórica como uma fonte significativa de análise das diferentes visões de mundo que homens e mulheres apresentam em cada tempo e espaço, sendo, pois, uma prática cultural socialmente importante. A literatura, por conseguinte, não pode ser considerada uma simples atividade intelectual, mas sim, e especialmente, uma maneira de elaborar significados, que variam entre culturas, entre sexos e em diferentes contextos histórico-sociais.

Este artigo, portanto, analisa, por uma parte, o papel das mulheres intelectuais e escritoras entre os anos trinta e quarenta no Brasil, enfocando o seu estudo na escritora Tetrá de Teffé e na sua obra premiada, *Bati à porta da vida*. Por outra parte, busca compreender os conflitos em um espaço de poder patriarcal, a Academia Brasileira de Letras, e as motivações das mulheres que clamavam para o ingresso de escritoras a esta instituição. Neste texto, pois, há vidas esquecidas de mulheres brilhantes que foram importantes atrizes na arena política, social e cultural do Brasil do século XX, mas que terminaram no *porão* da história e do cânone literário.

2 O CÂNONE LITERÁRIO: UM TERRITÓRIO PATRIARCAL

A tradição literária elabora uma lista de obras que devem traduzir os valores culturais, ideológicos e políticos que estão na base de uma sociedade. Neste procedimento de controle, expulsão e criação se dá um processo de canonização de certos textos. De acordo com o crítico literário brasileiro Flavio Kothe (1997, p. 108), o cânone de uma literatura nacional é o conjunto de seus textos consagrados, considerados clássicos e ensinados em todas as escolas do país. O termo *cânone* tem uma origem religiosa, cujo significado ostenta uma natureza “sagrada” que é atribuída a certos textos e autores. Estes assumem um caráter paradigmático e são considerados representantes do espírito nacional ou de uma época. Muitos teóricos, como o estadunidense Harold Bloom em seu livro *The Western Canon*, argumentam que a construção de cânones é baseada unicamente e exclusivamente em pressupostos estéticos e nunca ideológicos; análise que, no entanto, deixa de lado o entendimento de que os processos de seleção e silenciamento são, na realidade, históricos. Ou seja, como argumenta Mikhail Lotman (1993), a canonização está ligada ao *devoir* histórico e, nesse sentido, devem ser levados em consideração os valores, a cultura e os princípios e preconceitos predominantes de uma época. Todos estes, é claro, estão inextricavelmente unidos à ideologia e ao poder. “Cuando una cultura llega a tener una imagen canonizada de su pasado, tiende a eliminar a aquellas figuras y rasgos de ese pasado que no se ajustan a esta imagen” (LEFEVERE, 1997, p. 141). O suposto valor intrínseco de uma obra literária, então, não pode ser de forma alguma suficiente para o entendimento da construção de um cânone.

Como Kothe observou, a seleção de textos pode resultar em um processo de apropriação do passado e projeção do que “se quer encontrar nele”. Assim, de acordo com a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes (1996), as representações do passado histórico-literário devem ser vistas como um processo dinâmico e não arbitrário de criação e exclusão. Nessa dinâmica, os livros “da nação” supõem uma seleção *a posteriori* que implica a exclusão de outras obras e representações, ao mesmo tempo que constroem um passado comum e uma memória coletiva que contribuem para “dar forma” às identidades (de gênero, raça, grupos, instituições ou nações). Roberto Reis (1992, p. 72-73) corrobora essa ideia quando afirma que “o cânon está a serviço dos poderosos” e, por isso, “há poucas mulheres, quase nenhum não-branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social”.

Nesse sentido, as obras canonizadas estão em dialética contínua com outros textos *não canonizados* que lutam pela sua incorporação a um sistema literário que é, em si mesmo, uma forma hierárquica de valores e normas (FERNÁNDEZ AUZMENDI, 2008). Assim, o que defendemos,

em sintonia com outros autores, é que a entrada de textos na categoria de “clássicos” não é uma questão meramente de valor estético. O cânone, em realidade, contribui para a formação de relatos de consenso (SAID, 2005). Nesse sentido, é evidente que a literatura tende a consagrar modelos de interpretação de acordo com os interesses das autoridades (CÂNDIDO, 2010, p. 40). Pierre Bourdieu (2010) reforça essa ideia quando afirma que o poder simbólico, construído através da palavra, tem o poder de consagração ou revelação; portanto, um grupo social só existe na medida em que é reconhecido e revelado em uma tradição histórica ou literária. A canonização artística sempre implica uma forma de eliminação de certos escritos e, em uma sociedade como a brasileira, cuja tradição narrativa é predominantemente androcêntrica, as escritoras sofrem um processo de silenciamento baseado na sua condição como mulheres.

Como observou Susan Stanford Friedman (2015, p. 142), a narrativa feminina é uma espécie de “o retorno dos reprimidos”. Os seus textos devem ser lidos nas *entrelinhas*, como um registro disfarçado, porque são textos com uma dupla censura: externa (social) e interna (da própria autora). Nesse sentido, os textos escritos por mulheres estão em contínua negociação entre revelação e ocultação do proibido e, ademais, são vistos pelas autoridades como capazes de perturbar a ordem social: são, em suma, textos que *resistem* à cultura dominante. De acordo com Susan Gal (1995), temos que levar a sério a centralidade das práticas linguísticas para compreender a resistência à hegemonia cultural e aos discursos (falocêntricos) dominantes. Muitos textos escritos por mulheres, como veremos nas próximas páginas, não se tornaram clássicos da literatura brasileira. No entanto, essas mulheres foram literárias brilhantes, além de serem precursoras do feminismo com ideias muitas vezes visionárias, outras mais conservadoras, como foi o caso da escritora Tetrá de Teffé. Trabalharam com temas centrais, como a condição da mulher moderna, o matrimônio, a subjetividade feminina ou o aborto. Assim, estas mulheres — e seus escritos — sempre estiveram presentes. O silêncio nem sempre significa ausência.

3 LEVEMOS A MULHER À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS!

No final do século XIX, a Academia Brasileira de Letras foi criada por um grupo de intelectuais. Esta instituição foi identificada na época como um exemplo de consagração cultural e reconhecimento da profissão literária, colocando seus membros entre as elites do período (EL FAR, 2000). No entanto, durante o século XX, a instituição sofreu críticas severas da vanguarda modernista e de muitas intelectuais femininas que consideravam a ABL um “atraso cultural” por ser uma instituição extremamente conservadora, já que, entre outras questões, esta não permitia o ingresso de mulheres à agremiação. De acordo com Michele Asmar Fanini (2016, p. 18), o acesso

das mulheres à Academia Brasileira de Letras foi barrado, já que esta havia sido concebida “à imagem e semelhança de sua congênera francesa, a *Académie Française de Lettres*, em cujo Regimento Interno a expressão *homme de lettres* adquiria sentido literal”. A ausência das mulheres na agremiação, porém, não significava que as mesmas não houvessem tentado ocupar alguma das quarenta Cadeiras. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), importante escritora carioca, protagonizou a primeira tentativa de ingresso de uma mulher na Academia. Esse primeiro empenho de assegurar a presença feminina no seletorol dos imortais foi vetado: a presença em espaços públicos de prestígio deveria ser somente de homens (brancos e heterossexuais).

Anos depois, durante a década de 1930, (re)iniciou-se o debate sobre a entrada de mulheres na Academia quando a escritora Amélia Beviláqua propôs a sua candidatura para a ABL, o que desafiava as origens misóginas do panteão literário. Sua candidatura foi rejeitada com o argumento de que o estatuto da ABL somente fazia referência à entrada de *brasileiros*; um termo que, segundo os *imortais*, não incluía as mulheres: “os membros efetivos serão eleitos, nas condições do art. 2.º dos Estatutos, dentre os **brasileiros**, que tenham publicado, em qualquer gênero de literatura, obra de reconhecido mérito, ou, fora desses gêneros, livros de valor literário”. Apenas sete votos haviam sido favoráveis à entrada de Beviláqua para o grêmio machadiano. Anos mais tarde, em 1977, ocorreria o primeiro ingresso de uma escritora para a Academia. A primeira mulher a sagrar-se imortal foi a escritora Raquel de Queiroz. Dessa forma, os primeiros oitenta anos de existência da ABL foram caracterizados pela ausência feminina entre os patronos e membros da instituição, aprofundando-lhe uma compleição profundamente androcêntrica.

Amélia Beviláqua, no entanto, para que esse episódio não caísse no esquecimento, publicou em 1930 a obra *Amélia Beviláqua e a Academia Brasileira de Letras: documentos histórico-literários*, “com o fito de projetar as contendas que marcaram o veto à sua intenção de candidatura” (ASMAR FANINI, 2010, p. 351). De fato, a candidatura negada de Beviláqua ecoou entre as mulheres e a sua militância persistiu nos anos seguintes. Por exemplo, através de *O Malho* — semanário humorístico, artístico e literário — as mulheres buscaram chamar a atenção da opinião pública sobre a falta de representação feminina em espaços de poder e consagração literária, como a Academia. A revista havia criado um “plebiscito” para escolher os cinco nomes dentre as mulheres mais destacadas das letras no Brasil que merecessem receber a “consagração da imortalidade”. Entre os nomes mais votados, estavam os de Anna Amélia, Gilka Machado, Maria Eugenia Celso, Iveta Ribeiro, Julia Galeno, Laurita Lacerda Dias, Adalzira Bittencourt, Leonor Posada e Tétrade Teffé. Todas, em maior ou menor grau, foram excluídas da história literária brasileira.

Figura 1 – Levemos a mulher á Academia de Letras!



Fonte: O Malho, 20 de agosto de 1936.

Os votantes deveriam responder em uma cédula a seguinte pergunta “Qual a mulher intelectual que merece a consagração da imortalidade?”. Nas bases de tal plebiscito, destacava-se que o semanário estava realizando uma “memorável campanha de reivindicação de direitos sagrados das mulheres de letras do Brasil” (O MALHO, 1936, p. 21). Além disso, segundo a revista, o grande sucesso da campanha era a maior prova de que “a opinião geral era favorável a essa justa consagração dos méritos das nossas mulheres cultas” (O MALHO, 1936). Essa campanha coincidiu com uma primeira geração de mulheres que estava criando políticas de igualdade entre os sexos e colaborando, assim, com a chegada da modernidade no Brasil. Tiveram que lutar para que suas vozes fossem ouvidas e suas palavras lidas, como foi o caso da escritora e primeira deputada mulher negra, Antonieta de Barros. A deputada também apareceu na lista da campanha de *O Malho*, mas recebeu poucos votos, apenas 35 no resultado final, enquanto Maria Eugenia Celso, em primeiro lugar, havia atingido 2.512 votos.

Em relação às mulheres negras cabe uma reflexão. Apesar do seu protagonismo para o avanço do feminismo brasileiro — como exemplo temos a deputada catarinense Antonieta ou da musicista Joanídia Sodré — elas foram relegadas à categoria de o *Outro do Outro*. O conceito do *Outro* beaumontiano é ampliado, assim, por Grada Kilomba (2012, p. 56), onde a mulher negra é colocada numa posição subalterna muito crítica, um “espaço vazio”: um terceiro espaço. Nesse sentido, a cultura — especialmente a literária e a jornalística — estava atrelada à emancipação feminina branca; entretanto, as intelectuais negras habitavam um lugar *à margem* em relação às escritoras brancas, numa espécie de “carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade” (RIBEIRO, 2017, p. 29). Assim, tanto a cultura patriarcal como o racismo estrutural reservaram às mulheres afrodescendentes espaços ainda mais limitados nas estruturas hierárquicas da sociedade: estas eram vistas como objeto (sexual ou *para servir*), mas nunca como sujeito ou protagonista.

Assim, pensar a razão de haver uma predominância de escritoras de cor branca (e de famílias com alto poder aquisitivo) no plebiscito de *O Malbo* é, em suma, questionar a categoria de *mulher*, a qual não pode ser compreendida de forma universal.

O *Jornal do Brasil* também havia lançado uma campanha para reivindicar o direito de as mulheres entrarem na Academia. Tal campanha havia sido iniciada por Gestão Penalva, autor de um artigo intitulado *As mulheres na academia*. Este artigo apareceu coincidentemente no mesmo dia que o semanário *O Malbo* havia publicado o seu plebiscito junto com a chamada *Levemos a mulher à Academia de Letras!*. Nesse sentido, em 1936, se havia reavivado o debate que se deu em 1930 quando Beviláqua se apresentou candidata a uma vaga na ABL, sendo recusada por esta (O MALHO, 1936, p. 19). Essas ações foram o resultado da existência, desde o final do século XIX, de uma genealogia feminina que questionava o sistema de gênero patriarcal: um sistema que negava às mulheres o direito de participar dos espaços públicos, de poder e de tomada de decisão (AGUADO e SANFELIU, 2014).

Três anos antes, em 1933, as mulheres haviam conquistado por primeira vez a possibilidade de candidatar-se às eleições, marcando o início da participação feminina como cidadãs políticas de “primeira classe” (KARAWEJCZYK, 2010). Em *O Malbo*, destacou-se essas conquistas femininas:

Vivemos a hora das reivindicações femininas. A mulher procura, ou para melhor dizer, luta por igualar-se ao homem, sob todos os aspectos sociais: jurídico, econômico e político. À mulher foi concedido, entre nós, o direito de voto. Quer dizer: a mulher está, para todos os efeitos legais, definitivamente incorporada à vida social do país. Vota e, portanto, pode ser votada. Homem e mulher são, “de fato”, e não apenas “teoricamente” como na Constituição de 91, “iguais perante a lei”. Por isso, à mulher, todas as portas da vida pública lhe estão abertas. Todos os lugares dos negócios de Estado lhe são acessíveis. O Senado, a Câmara, a Corte Suprema, etc... Ora, todos estes campos são campos de atividades da inteligência e do saber. Por que não se lhe abrir, do mesmo modo, os portões de bronze [da Academia Brasileira de Letras]? (O MALHO, 1936, p. 20).

No entanto, a *cidadania social* para as mulheres — entendida, segundo Marshall (1997), como uma cidadania que inclui os direitos mínimos de bem-estar, segurança econômica e o direito de participar do patrimônio social e viver a vida como um “ser civilizado” — ainda teria muito caminho pela frente. Historicamente, foram impostos limites à cidadania feminina, mas as ações coletivas das mulheres muitas vezes transgrediam as normas estabelecidas. É por isso que não podemos falar de cidadania sem falar de gênero. A presença feminina em organizações políticas ou espaços de sociabilidade possibilitou uma redefinição da cidadania hegemonicamente masculina (AGUADO e SANFELIU, 2014). Desta forma, urgia, especialmente para as mulheres das letras, entrar em espaços de poder cultural, como a Academia de Letras. Embora esta, à semelhança de

sua congênera francesa, apegava-se à uma interpretação forçada do seu regimento interno, a situação estava sofrendo radicais mudanças. Conde De Affonso Celso, acadêmico da ABL e pai da ganhadora do concurso *Levemos a mulher à Academia de Letras!*, Maria Eugenia Celso, afirmou que o plebiscito era um “triunfo feminista” (O MALHO, 1937, p. 21).

Em janeiro de 1937, finalmente, revelava-se o resultado final da apuração do plebiscito. A escritora mineira Maria Eugênia Celso (1886-1963), autora das obras *A eterna presença*, *Em pleno sonho*, *Desdobramento* e *Viceintinbo*, foi a ganhadora, com 2.512 votos. No segundo lugar, ficou a poetisa Gilka Machado, autora de *Carne e alma* e *Revelação dos perfumes*, com 2.364 votos. Em terceiro, Alba Canizares do Nascimento, com 2.069; Anna Amélia, em quarto, com 1.949 votos; e, por último, em quinto lugar, outra escritora mineira, Henriqueta Lisboa, com 1.787 votos a seu favor. A cada uma das cinco melhores colocadas se ofereceu um medalhão em bronze com dizeres alusivos à vitória alcançada, *Levemos a mulher à Academia de Letras, 1936*. Ademais, a revista *O Malho* premiou as cinco escritoras com um diploma em pergaminho, em que se fazia referência à colocação obtida. Foi, sem dúvida, uma manifestação simbólica importante, uma consagração quiçá “equivalente ao título de imortal” (O MALHO, 1936, p. 13). Também representou “uma prova evidente de que o Brasil [possuía] mulheres de letras em condições de receber o galardão da imortalidade” e “uma iniciativa de uma verdadeira mobilização das forças da inteligência” (O MALHO, 1936, p. 28).

Porém, embora dentre os 27 acadêmicos que o semanário havia entrevistado 20 manifestaram-se favoráveis à entrada feminina na Academia, somente 40 anos depois tal logro se tornaria realidade. Naquele momento, inclusive o presidente da Academia, Laudelino Freire, afirmou ser favorável a levar a mulher ao panteão. O acadêmico Roquette Pinto proclamou, além disso, que os estatutos “foram feitos para serem reformados” e, por outra parte, o acadêmico Antônio Austregésilo pensava que “cedo ou tarde as mulheres de valor [transporiam] o nosso pórtico” (O MALHO, 1936, p. 28-29). Mas nada se fez: não houve uma iniciativa consistente por parte dos acadêmicos para iniciar uma reforma no regimento. A palavra não se tornou ação. Uma vez mais as mulheres haviam sido silenciadas.

No entanto, o mesmo estatuto permitia a concessão de prêmios anuais a ambos os sexos. Dessa forma, a agremiação incorria em contradição, já que, ao mesmo tempo que excluía as escritoras dos seus quadros, atribuía prêmios literários, em pé de igualdade com os homens, às mesmas². Em 1920, a poetisa Rosalina Coelho de Lisboa recebeu um prêmio da ABL por sua obra poética *Rito Pagão*. Em 1929, a Academia premiou Carolina Nabuco, autora de uma biografia

² Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/dinah-silveira-de-queiroz/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

intitulada *A vida de Joaquim Nabuco*. Em 1938, a ABL premiou as obras poéticas da escritora Cecília Meirelles. No entanto, somente em 1941 a primeira romancista mulher (até então somente haviam outorgado prêmios a obras poéticas ou biográficas) ganharia o Prêmio Machado de Assis pela Academia de Letras: Tetrá de Teffé, pela sua obra *Bati à porta da vida*. Teffé havia alcançado no plebiscito de *O Malho* a décima primeira posição, com 977 votos.

Figura 2 – Tetrá de Teffé em *O Malho*



Fonte: *O Malho*, novembro de 1940, p. 36).

4 UM FEMINISMO POSSÍVEL: *BATI À PORTA DA VIDA*

*“Para as mulheres,
a liberdade existe apenas em teoria”.*
Tetrá de Teffé

A Academia Brasileira de Letras, desde a sua criação, projetou-se como uma instituição privada independente, embora tivesse uma relação “íntima” com o poder político. As profundas mudanças políticas, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1937, instauraram, porém, um ambiente institucional profícuo à literatura e, neste contexto, a agremiação ganhou protagonismo. Com a instauração da ditadura varguista, foram criados, pela primeira vez na história do País, os prêmios nacionais de literatura por parte do Governo federal: uma novidade do Estado Novo de Vargas (1937-1945).

O Decreto-lei nº 1.360, de 21 de junho de 1939, instituiu o Prêmio Machado de Assis, prêmio anual para a melhor obra brasileira de poesia, romance, conto, ensaio, biografia ou crítica, dotado de dez milhões de réis. A criação desse prêmio foi incluída entre as medidas por ocasião do

centenário do nascimento do escritor Machado de Assis e revela a importância que, durante a ditadura, foi atribuída à literatura, vista como peça-chave na construção da Nação. A organização desse prêmio foi confiada à Academia Brasileira de Letras. Essa agremiação, mais do que nunca, esteve ligada ao poder político. O ingresso de Vargas à Academia é um claro indicador disso, além de refletir a tentativa de revitalização da própria instituição, assumindo seu papel simbólico de promotora da cultura nacional. Em 1941, o Prêmio Machado de Assis foi lançado.

Figura 3 – Getúlio Vargas (centro) na Academia Brasileira de Letras



Fonte: CPDOC/ FGV foto 139/2

O primeiro Prêmio Machado de Assis foi dado à escritora Tetrá de Teffé, com a obra *Bati à porta da vida*. Procedente de uma família aristocrática brasileira, a autora tinha estreitas relações com o poder político. Em 1943, escrevia sobre o ditador Getúlio Vargas: “Há, indubitavelmente, ao redor da figura do nosso estadista máximo o halo de uma força de expressão, que escapa à objetividade de qualquer análise, e à qual nenhum brasileiro pode ficar insensível” (O MALHO, 1943, p. 105). O romance *Bati à porta da vida* foi publicado pela primeira vez em 1940 e chegou à sua terceira edição apenas um ano após sua publicação. A venda expressiva se fez acompanhar de uma elogiosa recepção crítica. O escritor Jorge Amado, por exemplo, chegou a afirmar que entre as novidades literárias de 1940, *Bati à porta da vida* parecia ser o único “de real interesse” e uma de suas “melhores surpresas” (AMADO, 1941, p. 25). No entanto, apesar de ser a primeira escritora galardoada pelo importante Prêmio Machado de Assis, seu trabalho hoje não é conhecido e tampouco é acessível.

Bati à porta da vida havia sido publicado pela importante editora Pongetti, cujas publicações se concentravam principalmente em livros de literatura nacional, estrangeira, de crítica e história literária. Esta obra, considerada na época um romance feminino, pretendia retratar a sociedade carioca por meio de três irmãs de perfis “característicos” de mulheres burguesas da época, através dos quais a autora observa a sociedade: Dorinha, uma jovem moderna, “fútil e leviana”; Heloísa, “uma mulher de personalidade superior”, viúva e austera; e Marta, uma mulher divorciada e desencantada (A NOITE, 1940, p. 14). Neste romance, a ação é substituída por uma análise detalhada da psicologia das três protagonistas. Essa obra — e a própria escritora Teffé — representaram, sem dúvida, um canal de manifestação da mulher burguesa e culta das primeiras décadas do século XX no Brasil.

O texto de Tetrá de Teffé, portanto, é atravessado pela sua condição de mulher burguesa carioca. Diferentemente de outras escritoras da época, como Patrícia Galvão — que criticavam as feministas burguesas e liberais que não levavam em conta as demandas das mulheres operárias, pobres e negras —, Teffé escreveu exclusivamente sobre o microcosmos das mulheres da elite carioca. Vale ressaltar, no entanto, que detrás da fachada aristocrática de Teffé, a sua obra revela um interessante conteúdo feminista. Neste romance, temas como o matrimônio, a separação, a traição, a emancipação das mulheres ou o aborto são trabalhados através das três personagens principais.

A jovem Dorinha, personagem que representa a emancipação feminina das mulheres burguesas e “modernas”, revela que sempre tivera “horror à ideia de que o casamento possa tornar-se a finalidade da minha vida, a razão da minha presença no mundo” (TEFFÉ, 1941, p. 81). Marta, divorciada, também pensa que através do casamento, os homens acabavam sufocando “todas as ambições femininas, e com tal habilidade que as mulheres não se apercebem disso”. E remata: “os homens estão convencidos que somente eles têm personalidade. Nas mulheres veem apenas a sombra que projetam” (TEFFÉ, 1941, p. 92-93). Apesar dos passos dados pelas mulheres na garantia dos seus direitos, Marta pensava que lhe parecia “homeopática a evolução: pouca essência em muita água [...] Séculos terão que passar para conseguirmos ser consideradas alguém no mundo” (TEFFÉ, 1941, p. 94).

Em *Bati à porta da vida*, os diálogos são predominantemente desenvolvidos por mulheres. Os homens, por outra parte, atuam secundariamente e se mostram covardes, infiéis e fracos, como Eduardo, ex-marido de Marta e que teria posteriormente uma relação amorosa com Heloísa, sua irmã e de Dorinha. Quando Eduardo sai um dia sozinho com seu filho, Luisinho, diz que “nunca imaginara ser tão difícil pegar um bichinho assim”. Pensa, então, que era mais fácil deixá-lo aos cuidados de sua “boa empregada” (TEFFÉ, 1941, p. 107). Arnaldo, namorado de Marta, quando

esta engravida, a única pergunta que lhe faz é “se ia deixar ir por diante?. Depois ficou entre constrangido e alheio como se comentasse consigo: ‘que tenho eu com isso? Arrume-se!’” (TEFFÉ, 1941, p. 228). Marta finalmente, provoca um aborto e reflexiona sobre o acontecido: os homens “não avaliam o que o corpo representa para nós, de íntimo, de sensível de auto-propriedade, porque a concepção deles a esse respeito é completamente oposta à nossa” (TEFFÉ, 1941, p. 229). Por outra parte, também pensa que as mulheres têm uma superioridade biológica: “se eu quisesse ter este filho, Arnaldo não seria mais necessário. Poderia morrer, ou desaparecer; a criança continuaria em mim, nasceria, viveria. Mas se ele desejasse um filho meu, minha pessoa seria indispensável. É uma grande superioridade que temos sobre os homens” (TEFFÉ, 1941, p. 234).

O romance se passa, sobretudo, dentro da casa onde vivem as três irmãs com a sua mãe. É um mundo privado, um lar burguês. Nesse sentido, esse microcosmo emerge de forma binária-complementar entre esfera pública e privada, pois não se contrapõe plenamente ao que ocorre “ao lado de fora”. Os conflitos intergeracionais, os preconceitos de classe, o casamento por interesse, as paixões e traições, as conveniências sociais que ocorrem na esfera pública são um reflexo da angústia e internalização dos valores mostrados no mundo privado burguês. A obra, apesar do seu olhar crítico em relação à situação da mulher, culmina de forma trágica: Heloisa, que “traí” sua irmã Marta ao ter uma relação amorosa com seu ex-marido Eduardo, comete suicídio. Um desfecho quiçá de autopunição, de desespero ante a angústia de falta de “sororidade” com a sua irmã.

Pode-se pensar, portanto, *Bati à porta da vida* como um texto feminista. O feminismo pode ser entendido de forma mais ampla, como a elaboração de uma ideologia em torno da igualdade entre os sexos. De acordo com Constância Lima Duarte (2003, p. 152), “todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo” pode ser entendido como feminista. A escritora Tetrá de Teffé pensou sobre a realidade das mulheres (brancas e burguesas) brasileiras e, através do seu romance, tratou sobre a emancipação das mulheres e a discussão pública de algumas questões, como o aborto ou a problemática da maternidade. Estas inquietações femininas, está claro, não deveriam ser tratadas de forma pública. Assim, neste texto há, em certa medida, a politização da subjetividade feminina a partir de um signo de identidade burguês, e uma reivindicação para que esses temas, tão caros às mulheres, fossem objetos explícitos de discussão pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi destacar a *memória da desigualdade*, ou seja, mostrar o papel de discriminação contra as mulheres de letras na nossa história intelectual e da invisibilização de uma geração inteira de artistas femininas. Tetrá de Teffé, escritora e intelectual carioca, embora fosse laureada com um dos prêmios mais importantes da história literária brasileira, o Prêmio Machado de Assis, continuou no *porão* no cânone literário nacional. Sua obra nos revela diversos elementos interessantes para refletir sobre a sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX e as inquietações das mulheres que, como a personagem Marta se referiu, estavam lutando e alcançando, em doses homeopáticas, seus direitos civis.

Tetrá de Teffé, Anna Amelia, Gilka Machado, Maria Eugenia Celso, Iveta Ribeiro, Julia Galeno, Laurita Lacerda Dias, Adalzira Bittencourt, Leonor Posada, Alba Canizares do Nascimento ou Henriqueta Lisboa merecem ser redescobertas como figuras-chave no desenvolvimento da literatura nacional e na história do feminismo brasileiro. Elas mesmas e as personagens retratadas em suas obras eram provas de que o mundo estava se transformando. Legitimar sua autoridade como escritoras não foi tarefa fácil, pois significava apresentar-se como iguais aos seus colegas masculinos da mesma geração. Em um mundo intelectual androcêntrico, os *imortais* não permitiram o ingresso dessas escritoras ao seu panteão de consagração literária. Mas elas escreviam para desafiar, pois “la escritura y la lectura pueden y quizás deben ser actos subversivos” (CAPDEVILA-ARGÜELLES, 2017, p. 57).

6 REFERÊNCIAS

AGUADO, Ana e SANFELIU, Luz. **Caminos de Democracia**. Ciudadanías y Culturas Democráticas en el Siglo XX. Granada: Comares, 2014.

AMADO, Jorge. **Anuario Brasileiro De Literatura**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941, p. 25.

ASMAR FANINI, Michele. **A (in)visibilidade de um legado**. Seleta de textos dramaturgicos inéditos de Júlia Lopes de Almeida. São Paulo: Fapesp, 2016.

ASMAR FANINI, Michele. As mulheres e a Academia Brasileira de Letras, **História**, 29, 1 Franca, 2010, p. 345-367.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CAPDEVILA-ARGÜELLES, Nuria. **Autoras inciertas**. Madrid: Sílex, 2017.

CHAUDHURI, Nupur. **Contesting archives: Finding women in the sources**. Illinois: University of Illinois, 2010.

EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da academia brasileira de letras nos primeiros anos da república (1897-1924)**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FERNÁNDEZ AUZMENDI, Nazaret. El canon literario: un debate abierto. **Per Abaat**, 7, 2008, p. 61-82.

FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (Org). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

GAL, Susan. Language and the art of resistance. **Cultural Anthropology**, 10, 3, 1995, p. 407-424.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. A política cultural do estado novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

KARAWEJCZYK, Mônica. Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal *Correio do Povo*. **Topoi**, 11, 21, 2010, p. 204-221.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012.

KOTHE, Flávio. **O Cânone colonial: Ensaio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

LEFEVERE, André. **Traducción, reescritura y la manipulación del canon literario**. Salamanca: Ediciones Colegio de España, 1997.

LIMA DUARTE, Constância. Feminismo e Literatura. **Estudos Avançados**, 17, 49, 2003, p. 151-172.

LOTMAN, Mijaíl Iuri. El arte canónico como paradoja informacional. **Criterios**, 30, 1993, p. 23–29.

MARSHAL, Thomas. Ciudadanía y clase social. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 79, 1997, p. 297-344.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, J.L. (org). **Palavras da crítica**. Tendências e conceitos no estudo da Literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 65-92.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

STANFORD FRIEDMAN, Susan. The return of the repressed in women's narrative. **The Journal of Narrative Technique**, 19, 1, 1989, p. 141-156.

TEFFÉ, Tetrá de. **Bati à porta da vida**. Rio de Janeiro: Pongetti Editores, 1941.

FONTE PRIMÁRIA

A NOITE, 1940, 26 de setembro, p. 14.

O MALHO, 1936, 13 de agosto, p. 13.

O MALHO, 1936, 27 de agosto, p. 19.

O MALHO, 1936, 17 de setembro, p. 20.

O MALHO, 1936, 24 de dezembro, p. 28.

O MALHO, 1937, 4 de novembro, p. 21.

Title

Let's take the woman to the Brazilian Academy of Letters! Tetrá de teffé, the first novelist awarded by the immortals.

Abstract

This article aims to analyze the role of women intellectuals and writers during the thirties and forties in Brazil, focusing on the novelist Tetrá de Teffé and his work *Bati à porta da vida*, awarded in 1941 with the Machado Assis Award. On the one hand, we study the literary canon as an eminently patriarchal space, and thus we seek to understand the existing conflicts regarding the entry of women into the pantheon of immortals, the Brazilian Academy of Letters. On the other hand, through the weekly magazine *O Malho*, we examine discourses constructed by the press and by the intellectuals women to claim their participation in a place of cultural consecration. In this article, then, there are forgotten lives of brilliant women who were important actors in the Brazilian political, social and cultural arena, but ended up in the basement of history and the literary canon. Among these women is Tetrá de Almeida Nobre de Teffé, a Brazilian writer of great prestige during the first decades of the 20th century. However, the non-canonical status of her work, so frequent in the case of female writers, demonstrates the invisibility and silencing suffered by several women of letters.

Keywords

Brazilian Academy of Letters; writers; canon; Tetrá de Teffé.

Recebido em: 30/03/2018

Aceito em: 22/04/2018